

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO RURAL: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL COMPARTILHADA

*ENVIRONMENT EDUCATION IN A RURAL AREA: A SHARED SOCIAL CONSTRUCTION*

**AIL CONCEIÇÃO MEIRELES ORTIZ\***

### RESUMO

Neste estudo, procurou-se investigar se a Educação Ambiental é construída como instrumento de formação da consciência ambiental nas escolas estaduais de Boca do Monte. A metodologia caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, em um enfoque etnográfico, envolvendo a elaboração do referencial teórico, a aplicação dos instrumentos de pesquisa e a análise e interpretação dos dados. Os resultados revelaram que o conjunto de atores sociais envolvidos na construção da Educação Ambiental manifesta a “percepção” dos problemas ambientais e de possíveis “saídas”, mas ainda não “atuantes” neste desafio da “práxis ambiental”.

**Palavras-chave:** Educação; Educação ambiental; Zona rural.

### ABSTRACT

*This study had for objective to investigate whether the environmental education to focused a tool to the environmental consciousness formation in Public Schools in Boca do Monte. The methodology itself characterizes by a qualifying approach, concerning about ethnography, including the elaboration of theoretical references, application of the researching tools, analysis and interpretation of the data. The results unfolded that the social actors in the Environmental Education formation can perceive the environmental troubles and also come up with possible ways of solving them. However, they still can not bbe considered as angaged social actors on this challenge to the environmental practice.*

**Keywords:** Education; Enviromental education; Rural area.

---

\* Docente do Curso de Geografia do Centro Universitário Franciscano.

## INTRODUÇÃO

No presente estudo, teve-se a intenção de investigar se a Educação Ambiental está sendo abordada como instrumento de formação de uma consciência ambiental, em escolas rurais estaduais do Distrito de Boca do Monte, município de Santa Maria/RS. Consciência ambiental é a retomada crítico-reflexiva em que o ser humano irá imbuir-se desse espírito, agindo sobre a realidade socioambiental em que se insere para modificá-la. Para tanto, procurou-se estabelecer considerações determinantes para se atingir a “consciência ambiental”, expressa pelo grau de participação social no processo de preparação do ambiente para as gerações futuras.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A educação reflete o “caráter da espécie humana”. Portanto, incorporar uma nova dimensão ao sistema educacional atual impõe uma organização curricular que priorize a construção do conhecimento de forma intersubjetiva e interativa, pressupondo o despertar de atitudes participativas. Para isso, reuniram-se referências teóricas em torno de grandes eixos temáticos. Os pressupostos que sustentaram a base teórica envolveram a relação conhecimento, educação e transformação social – a definição dos chamados indicadores de qualidade política – a inter-relação entre concepções de educação, educação ambiental e educação rural e a concepção de educador em relação à educação ambiental no meio rural.

Esses princípios abrangem, com segurança, condicionantes importantes na investigação da questão ambiental, numa perspectiva interventora do comportamento humano, alicerçada na efetiva conscientização. O processo de construção do conhecimento aproxima-se, de forma determinante, da preparação do sujeito histórico na caminhada da História, associado ao processo de educar-se permanentemente.

No curso da história, o sentido da reconstrução humana tem, no desejo de libertação, sua principal marca. Portanto, nessa caminhada de educar-se permanentemente, está o conhecimento como impulso técnico e humano, ao aproximar-se da realidade desejada em liberdade.

Se o homem imprimir uma ação refletida e consciente, individual ou coletiva, estará representando verdadeiro testemunho de um processo de construção social como sujeito e não como objeto, configurando original “práxis<sup>1</sup> histórico-política”.

Fiori (1991) apresenta idéias importantes relativas à práxis histórica e à práxis política. Segundo ele,

a consciência humana é sempre consciência do homem e, como tal, consciência histórica. Não é possível a consciência separar-se do plano da práxis histórica, e, portanto, da práxis política para, num plano puramente abstrato, construir a sua visão de verdade (p. 105).

A qualidade política é um produto de elementos humanos em mediações intersubjetivas. Revelada em grupos humanos, pelo nível de idoneidade que esta reunião de sujeitos ativos poderá atingir em um pro-

<sup>1</sup> Práxis: entendida aqui como a atividade humana fundada na relação direta entre a reflexão-ação e guiada para a transformação.

cesso de construção-reconstrução de uma realidade voltada à valorização humana, o caráter instrumental habilitará o ser humano a enfrentar os desafios da modernidade com segurança e dignidade.

A busca por liberdade impõe ao ser humano aperfeiçoar-se, manifestar-se por si ou pelo grupo. O ser humano pautará a práxis histórica quando interagir com toda a subjetividade que lhe é própria na participação ativa e reflexiva da trajetória de transformação social, emergindo da subjetividade para a intersubjetividade<sup>2</sup>.

Atingir um estágio de qualidade política em grupos sociais imbuídos de participação pressupõe uma caminhada pautada pelo fazer re-fazer. A emancipação só será verdade no rompimento da apatia pessoal e política, da dominação intelectual e cultural e da amnésia histórica. E, apenas, será percebida quando o ser humano livre, autônomo, educado, partícipe e cidadão conquistar ferozmente o poder histórico.

Assim, qualidade política, autonomia, participação e cidadania são indicadores que devem qualificar o ser histórico à vida.

O processo educativo representa direção singular e certa para que ocorra conscientização. É tão necessária a efetivação da “práxis histórica” que torna concretos os projetos sociais que objetivem qualidade socioambiental.

Uma educação que se aproxima da libertação deve estreitar os espaços entre uma práxis isolacionista e alienada e uma práxis humanizadora e desalienante, sempre em um cotidiano de experiências conduzidas pela so-

lidariedade e diálogo crítico. O processo de leitura do mundo em que o ser humano passa a interpretar conscientemente a realidade na qual se insere envolve, inicialmente, uma reflexão de si próprio e do mundo. Essas reflexões não são distanciadas umas das outras. A comunicação entre essas reflexões incita a intersubjetividade, momento em que os ideais de libertação se cruzam. Uma reflexão de si próprio em relação ao mundo e uma reflexão do mundo, de forma indissociável, desperta a conscientização, considerada como processo interno fundante à ação, ou seja, a transformação deste mundo que não o afirma como sujeito histórico livre. Nesse sentido, Gadotti (1987) refere-se ao ato educativo:

O ato educativo corresponde a este esforço de leitura do meio social, econômico e político. Esta leitura é um ato de tomada de consciência do nosso mundo, aqui e agora, que visa notadamente ultrapassar as contradições e os elementos opressores deste mundo. Sim, porque a educação não pode ser uma outra coisa a não ser uma obra libertadora do homem e do mundo, operada junto e não um ato individual de manipulação e de domínio do mundo (p. 155).

Todas as concepções educacionais abordadas neste estudo possuem, em sua essência, fatores que são determinantes a uma educação que se identifique com a cultura popular, em intimidade à valorização da libertação humana, da autonomia, da intersubjetividade e da participação social na construção da consciência histórica, consciência de mundo e da própria práxis de transformação. Com efeito, as con-

<sup>2</sup> Segundo Fiori (1991, p.103), intersubjetividade compreende a comunhão das consciências, um parentesco profundo entre os homens.

cepções evidenciadas sobre educação representam idéias-força sobre a análise que se propõe acerca de Educação Ambiental no meio rural. Com esse tom é que a Educação Ambiental deve ser construída, representando verdadeiro empecilho à alienação humana diante dos conflitos deflagrados nesse ambiente social.

A Educação Ambiental integra o campo educativo. A construção da Educação Ambiental envolve um saber amplo, um “saber” de conceitos e princípios, um “saber fazer” habilidades e um “saber ver” valores e atitudes. Portanto, segundo Grüm (1994, p. 171):

A Educação Ambiental se dá no encontro entre valores de conservação das comunidades bióticas, abióticas e sociais provenientes destes valores. Essas esferas estão mutuamente informadas, constituindo o ‘campo educativo’.

A produção participativa aguça a formação de uma consciência social, por uma postura reflexiva frente à realidade conflituosa e que exige a busca por superação dos problemas encontrados. É na prática social que emergirão novos saberes, novos olhares, novos valores, numa original prática educativa.

A Educação Ambiental deverá ocorrer em associação a princípios fundamentais de participação, cidadania, autonomia, intimidade à cultura local e sustentabilidade, preparando, assim, o cidadão para os desafios que a realidade socioambiental vem impondo à obtenção e instauração da necessária qualidade social.

Que função se atribui à Educação Ambiental nesse contexto histórico-cultural que se presencia?

A função primeira da Educação Ambiental reside no papel de integradora dos siste-

mas educativos de que dispõe a sociedade, É instrumento de consciência do fenômeno do desenvolvimento e suas implicações ambientais e de transmissão de conhecimentos, habilidades e experiências que permitem ao homem atuar eficientemente no processo de manutenção ou recuperação do equilíbrio ambiental, de forma a manter uma qualidade de vida condizente com suas necessidades e aspirações. Representa um processo que visa a formar uma sociedade consciente e preocupada com o ambiente e os problemas que lhe dizem respeito, uma sociedade que tem os conhecimentos, intencionalidade, motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permitam agir individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam. Deve assimilar um processo permanente e participativo de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados ao meio ambiente, formação de conceitos e aquisição de conhecimentos que motivem o comportamento de defesa, preservação e melhoria do ambiente, acima de tudo.

Pensar Educação Ambiental prescinde pensar numa educação que promova conscientização. Como considera Freire (1995, p. 19):

Na educação como façanha da liberdade, ser consciente não é uma fórmula ou um ‘slogan’, mas a forma de estar sendo dos seres humanos, enquanto seres que não apenas conhecem, mas sabem que conhecem.

Formar uma consciência ambiental em ambientes educativos no meio rural deve pressupor o respeito aos processos culturais locais, não deslocados de um quadro socioeconômico mais amplo, marcado por um siste-

ma de valores que o coloca fatalmente numa estrutura agrária desigual e excludente. O estudo mais específico da Educação Ambiental, no meio rural, evidencia o modo singular da realidade do homem do campo, suas relações com as condições de sua existência, definindo seu modo de pensar, suas concepções de mundo e de educação, revelando seus posicionamentos e perspectivas nos acontecimentos da vida nacional. A realidade do meio rural é dependente de uma estrutura econômica, social, política e cultural dominante. As más condições de sobrevivência em que se encontra o homem rural lhe impinge abandonar a terra e buscar melhores condições de vida no meio urbano. O homem do campo não está incluído no sistema produtivo desse modelo de desenvolvimento adotado pelo país, o que dificulta suas condições de sobrevivência.

Esse quadro marginal não oferece direitos à liberdade, à cidadania, à emancipação. Esse é o contexto em que acontece a Educação Rural. Aliada à carência de qualidade nos serviços sociais, está a deficiência dos serviços educacionais. Isso retardará, sobremaneira, que o homem do campo realize uma leitura consciente do mundo e, mais especificamente, do meio rural e lhe possibilite lutar coletivamente para transformar as condições sociais e culturais do seu meio.

Que Educação Ambiental se deseja para o contexto rural? Uma Educação Ambiental que se adapte à realidade local, em respeito aos processos histórico-culturais locais, bem como às características biofísicas e socioeconômicas locais.

O fazer humano envolve consciência e comportamento. Portanto, a luta ambiental necessita de conscientização, só adquirida

pelo ato de educar-se. A luta ambiental congrega lutas sociais, num misto de princípios e ações que auxiliam os educandos a construir uma consciência global das questões relativas ao ambiente, para que possam assumir posições afinadas com os valores ambientais, sua proteção e melhoria. Para isso, é importante que os educandos atribuam significado às questões socioambientais, possibilitando utilizar esse aprendizado em outras situações. A perspectiva ambiental deve oferecer instrumentos à compreensão de problemas que afetam esse ambiente humano.

Impõe-se uma nova ética, exige-se o desenvolvimento de hábitos e valores sociais que regulem as relações de um indivíduo para com os outros, bem como dos indivíduos com o meio. Impõe-se o resgate da identidade histórico-cultural como preservação do patrimônio nacional. Como considera Brugger (1994, p. 35):

[...] uma educação para o meio ambiente implica também, segundo vários autores, uma profunda mudança de valores, uma nova visão de mundo [...].

A “práxis política” deve estar imbuída de manifestações de intersubjetividade, como condição basilar à construção histórica.

Portanto, está na intencionalidade da consciência humana o impulso à elaboração de uma nova postura em relação ao meio ambiente, como toda a experiência humana que tenta obstruir sua prática de libertação.

A Educação Escolar no Brasil aponta para questões emergentes que são, seguramente, presença no sistema educacional do meio rural.

Às muitas preocupações soma-se a incorporação de um modelo urbano de trabalho e estrutura escolar no meio rural, bem como a

resistência em organizar um plano pedagógico em que os principais orientadores do processo educativo, os professores, priorizem a valorização da cultura local na conduta do processo educativo.

Essa resistência à elaboração de projetos pedagógicos está associada ao próprio despreparo na formação desses docentes, uma vez que as instituições responsáveis à formação inicial desses professores não incluem, em seus currículos básicos, reflexões epistemológicas, políticas e sociais, que condicionem a criação de estratégias metodológicas ao trabalho pedagógico em ambientes rurais.

O educador rural, que procura desenvolver a percepção e análise contextual da realidade em que o aluno se insere, dá pistas ao cidadão que se conscientiza gradativamente. Neste “olhar reflexivo” em que o aluno passa a vislumbrar a realidade que o cerca, reside a importância do ambiente natural na construção de um ambiente humano de qualidade, bem como as intrincadas relações sociopolíticas e econômicas que serão compreendidas no conflituoso ambiente social que é a sociedade hoje.

O que, então, espera-se do educador ambienetal no meio rural? Basicamente, uma ação educativa marcada por uma ação filosófico-política pela libertação – pela maturidade e atualização profissional na reflexão teórica sobre a “sua” prática – e pela promoção do espírito crítico, como nascedouro da ambiência emancipatória.

A escola rural, quando aspira à mobilização social, à participação popular no encami-

nhamento de soluções para questões socioambientais locais, aproxima-se da qualidade social também no meio rural.

## METODOLOGIA

A direção metodológica adotada caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, já que se trata de uma pesquisa na área de Ciências Sociais. Dentre as modalidades que a abordagem qualitativa pode apresentar, está a investigação etnográfica, uma vez que, neste estudo, procurou-se conhecer e compreender o ambiente cultural do que se elegeu para investigar. Considerando o universo pouco numeroso, foram pesquisados todos os segmentos representativos da realidade apresentada para a pesquisa. Os atores envolvidos neste processo investigativo são um supervisor escolar de cada uma das escolas, um professor regente de cada disciplina escolar, de 4ª a 8ª séries, e um de cada uma das séries iniciais, dois alunos por série e um representante de cada uma das entidades comunitárias locais. As primeiras aproximações mantidas com as escolas aconteceram em contatos com as direções e supervisão escolar de ambas as escolas.

O encontro que efetivou essa aproximação ocorreu em razão de um importante processo - a Constituinte Escolar<sup>3</sup> - período em que ocorreram assembléias por segmento da comunidade escolar. Oportunizou-se a exposição da proposta de pesquisa, bem aceita por todos. Em decorrência, as escolas foram descritas quanto a aspectos gerais, condições

---

<sup>3</sup> Constituinte Escolar: Projeto lançado pela Gestão Popular – Governo do Estado/RS (1999) – com o objetivo de elaborar princípios e diretrizes à construção de uma Escola Democrática e Popular e criar as condições para sua implantação. Representa a mobilização de toda a comunidade escolar gaúcha, através de debates, plenárias, seminários, painéis, encontros e conferências.

internas e externas. Após encontros com representantes da subprefeitura de Boca do Monte, da Secretaria da Agricultura e Secretaria da Saúde e Meio Ambiente do Município de Santa Maria, da EMATER, do IBAMA e CONDEMA, foram levantados dados relativos às características socioeconômicas e ambientais da localidade. No Distrito de Boca do Monte, a atividade agropecuária representa a atividade econômica predominante; a malha fundiária concentra pequenas propriedades rurais; a renda média da população não ultrapassa dois salários mínimos; a expectativa de vida do habitante da região está em torno de 70 anos; existem cinco escolas municipais e duas escolas estaduais. Grande parte dessas escolas oferece algumas séries do Ensino Fundamental: das duas escolas estaduais, uma oferece apenas as primeiras cinco séries do Ensino Fundamental; e das cinco escolas municipais, quatro oferecem, apenas, as primeiras cinco séries do Ensino Fundamental. Apenas duas escolas oferecem todas as séries do Ensino Fundamental, sendo uma municipal e outra estadual. O Ensino Médio e Profissionalizante não são oferecidos na região.

Resguardando determinada neutralidade na escolha dos instrumentos de pesquisa, selecionou-se o questionário aberto e fechado, entrevista semi-estruturada e observação participante, como procedimentos de coleta de dados e informações. O uso de questionário pareceu adequado aos propósitos que evidenciaram o conhecimento da prática pedagógica, envolvendo professores e alunos. Este instrumento de pesquisa foi composto por duas partes: uma inicial objetivou somar informações gerais atingindo a caracterização mais objetiva do grupo pesquisado; a outra envolveu perguntas abertas, possi-

bilizando informações subjetivas. Respeitando o grau de ensino dos alunos, foram aplicados dois questionários: um questionário destinado aos alunos de 1ª a 3ª séries e outro destinado aos alunos de 4ª a 8ª séries. A entrevista semi-estruturada destinou-se aos supervisores escolares e aos representantes de entidades comunitárias locais. O procedimento da observação participante sinalizou significados e explicações, em que o registro das anotações de campo seguiram um esquema próprio, abrangendo a descrição de fatos e manifestações expressivas, bem como comentários críticos e reflexões acerca das observações realizadas. O exame atento das informações levantadas durante o processo de investigação seguiu a rotina metodológica em fidelidade ao método científico, atendendo à especificidade da natureza de cada instrumento de pesquisa selecionado, como procedimento de coleta de dados e informações.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A brevidade implícita sobre esta produção literária torna emergente o relato sintético de uma produção científica que carrega a amplitude interpretativa de resultados obtidos, portanto, é necessário dar relevo a alguns aspectos.

Em concordância aos segmentos sociais pesquisados, pode-se, então, revelar que, na supervisão escolar, foi entrevistado um supervisor de cada uma das escolas. Esses atores escolares representam elementos aglutinadores dos membros da instituição escolar, consolidando possibilidades de uma harmoniosa comunicação entre os agentes intraescolares e extraescolares (comunidade).

Percebeu-se a importância atribuída à constituinte escolar, como estratégia de mobi-

lização da comunidade, criação de uma nova cultura de organização popular, colaboração na construção ou mesmo reconstrução dos Projetos Político-pedagógicos de cada escola. Reafirmam a preocupação em formar para a cidadania ativa e desenvolvimento integral do ser humano, como princípios básicos da educação a que a escola se propõe. Manifestam a inclusão de questões ambientais sociais mais amplas e locais nos planos de ensino das disciplinas escolares. O planejamento pedagógico não contempla Projetos Ambientais. Manifestam uma concepção de Educação Ambiental em que se deve priorizar a preservação do meio ambiente, revelando a necessidade de uma leitura crítica e dialética dos fatores implícitos na complexa dinâmica social, política e econômica mundial. Constatam como principais problemas ambientais locais as queimadas, erosão, desmatamento e o lixo. Manifestam a necessidade e a importância em iniciar a trajetória para a resolução de problemas socioambientais locais, pela integração escola-comunidade local e evidencia, assim, um dos importantes objetivos da Educação Ambiental que é a participação, como afirma Gandin (1997, p. 82): participação é construção em conjunto.

Foram entrevistados seis representantes de entidades comunitárias locais. Conhecer as concepções e intenções da comunidade na voz de seus representantes aponta para a convicção de que “práxis ambiental” exige elaboração compartilhada.

Todos os representantes de entidades comunitárias locais valorizam a educação como

processo de formação integral do ser humano. Admitem a existência da aproximação entre escola e comunidade. Essa afirmação conduz à certeza de que essa aproximação deve ir além de um intercâmbio doméstico. Ela deve promover a influência de relações sólidas e permanentes de caráter social, político e cultural. Percebem como problemas sociais de Boca do Monte: desemprego, delinquência, sinais de infiltração de drogas, falta de escolas de Ensino Médio e profissionalizante, êxodo rural, poluição, queimadas e dependência de agrotóxicos. Os problemas são proporcionais à dimensão territorial e à estrutura fundiária da localidade. A Educação Ambiental revela-se numa dimensão conscientizadora. Enumeram problemas ambientais locais como queimadas, lixo, desmatamento, não realização da tríplice lavagem<sup>4</sup> e contaminação das águas de rios que abastecem a região. Expressam a vontade comunitária em unir forças para construir uma ação ambiental participativa e interinstitucional.

Justifica-se a inclusão dos atores sociais no processo de investigação, uma vez que constituem elementos muito próximos à dinâmica interativa da prática pedagógica. O espaço da sala de aula é ambiente em que ocorrem densas manifestações interpretativas dos conhecimentos construídos bem como de fatos já refletidos ou não.

## ESCOLA A

- **Alunos de 1ª e 2ª séries:** seis alunos respondentes

---

<sup>4</sup> Tríplice lavagem: técnica agrícola recomendada pela EMATE e ANDEF aos produtores rurais. Os *containers* de agrotóxicos devem ser lavados três vezes, após sua utilização.



Pela técnica de identificação de desenho que representa os elementos naturais do meio ambiente, 62% indicaram apenas os elementos naturais, 30% assinalaram o ser humano e 35%, os elementos construídos pelo homem. Esses dados configuram uma concepção naturalista de meio ambiente bem como uma certa fragilidade na compreensão do ser humano como elemento natural. Em desenho livre, todos revelaram atitudes de cuidado com o ambiente.

É importante ressaltar que a formação da consciência ambiental deve ter início nas primeiras séries da educação formal, pois já poderão perceber pequenas e simples relações que se estabelecem em ambientes de que participam.

**- Alunos de 4ª a 8ª séries:** dez alunos respondentes

Dos alunos respondentes, 80% gostam de viver em Boca do Monte por considerarem um lugar calmo, tranquilo e sem poluição. A maioria percebe que o Brasil tem problemas: 68% enumeraram problemas sociais como (14%) destruição ambiental, (10%) drogas e (8%) corrupção. Um percentual de 60% admite auxiliar na arrecadação de doações aos carentes. Isso revela, na verdade, uma mentalidade assistencialista inculcada nos educandos. São condutas compensatórias que descaracterizam os verdadeiros esforços para a conquista da cidadania. As condutas educativas devem promover o desdobramento das potencialidades do educando. As questões ambientais mais trabalhadas em sala de aula são: poluição do ar e das águas, problemas sociais, lixo, poluição do solo, desmatamen-

to, extinção de espécies animais e vegetais, camada de ozônio e efeito estufa. As questões ambientais locais citadas foram: lixo, queimadas e desmatamento.

**- Professores:** treze professores responderam ao questionário.

Um percentual de 92% considera que a disciplina que orientam contém informações importantes para o educando viver em sociedade. 92% dos professores acham que a disciplina colabora na formação de um educando cooperativo, criativo e crítico. 46% afirmam que utilizam metodologias que favorecem a solução de questões sociais mais amplas e locais. Revelam, portanto, uma categoria metodológica fundamental, como a problematização, em que os educandos são incitados à produção pelo lançamento de situações-problema desafiadoras. Há uma dimensão conservacionista de educação ambiental que não prioriza os aspectos éticos. Os problemas ambientais locais mais observados são: lixo, queimadas, desmatamento e uso de agrotóxicos.

Todos consideram importante unir escola/comunidade local para solucionar problemas socioambientais locais, na forma de palestras, encontros, integração de órgãos públicos, campanhas e projetos coordenados pela escola.

## ESCOLA B

**- Alunos de 1ª a 3ª séries:** seis alunos respondentes

Os resultados obtidos pelos alunos da escola A são reafirmados nesta escola.

- **Alunos de 4<sup>a</sup> a 5<sup>a</sup> séries:** quatro alunos respondentes

As questões ambientais globais e locais mais trabalhadas em sala de aula são coincidentes às informações emitidas pelos alunos da escola A. Acreditam que possa existir um mundo em que todos vivam bem, desde que não ocorram problemas sociais, nem destruição ambiental.

- **Professores:** quatro professores responderam ao questionário

Do total de professores respondentes, 90% consideram que, em parte, os conhecimentos construídos na disciplina representam informações importantes para o educando viver nesta sociedade, pois nem sempre os conteúdos trabalhados são úteis ao aluno. Essa informação revela uma grande questão da educação rural, a incorporação de programas educacionais urbanos à estrutura educacional rural. Um percentual de 90% dos professores acha que a disciplina colabora na formação de um educando cooperativo, criativo e crítico. Todos afirmam que a metodologia de trabalho pedagógico utilizada oportuniza espaços à reflexão, discussão e produção de saídas a questões sociais mais amplas e locais. Dos professores respondentes, 80% manifestam uma concepção de educação ambiental na dimensão conscientizadora, ultrapassando a visão conservacionista. Os problemas ambientais mais observados são: lixo, queimadas e desmatamento. Todos acham importante integrar a escola com a comunidade local no encaminhamento de soluções aos problemas socioambientais de Boca do Monte, por

meio de palestras, encontros, campanhas e projetos elaborados pela escola. É importante destacar a função do professor como agente organizador e executor de propostas em educação ambiental, uma vez que vem mediar objetivos e estratégias elaboradas em planos de ensino e a própria prática da sala de aula, atingindo, de forma indireta, a comunidade. O diálogo familiar significa uma reprodução de experiências e interpretações acontecidas em ambiente da sala de aula.

A aproximação escola/comunidade dá forma à ampliação de espaços promotores à educação ambiental, conquistando espaços não-formais que estarão se aliando, gradativamente, aos espaços formais.

Durante o trabalho de campo, bem como ao longo da análise cuidadosa *do corpus* da pesquisa, interpretações preliminares estabelecem resultados levantados em que se considera a “formação da consciência ambiental como pressuposto de uma educação ambiental construída de forma participativa e contextualizada.”

As informações levantadas neste estudo afirmam que não se percebe a evidência de todos os pressupostos que conduzem à formação da consciência ambiental, uma vez que, sustentada nas concepções que dão base a este estudo, exige a conscientização como trajeto verdadeiro para essa construção. A conscientização fundamentada em Damke (1995, p. 97) significa:

Se a conscientização indica o processo de inserção crítica dos seres humanos na ação transformadora da realidade, ligam-se a ela duas tarefas fundamentais: desmitificar a realidade e agir para modificá-la. Portanto, não pode prescindir da ação, porque alcançar

um conhecimento crítico da situação opressora na qual estamos inseridos nem sempre é suficiente para libertar.

A “práxis ambiental” só adquire forma na ação transformadora da realidade. Existe a percepção da problemática ambiental em nível global e local, a inclusão de questões socioambientais no planejamento pedagógico, a abordagem de condutas metodológicas reflexivas e questionadoras, solução de problemas, porém ainda não se verificam ações concretas qualificadas pela mudança de atitudes e valores.

Os momentos de observação, bem como as respostas emitidas pelos participantes da pesquisa, mostram que não há coleta seletiva do lixo escolar (nem mesmo do lixo produzido pela comunidade), palestras relativas à valorização dos recursos naturais locais, projetos ambientais coordenados pela FE-PAGRO (instituição local ligada à conservação florestal e do solo), palestras de orientação aos agricultores locais para utilização de técnicas agrícolas adequadas e projetos ambientais coordenados pela escola com a comunidade local.

A consciência ambiental possui ambiente potencial à sua formação em ações educativas que devem resgatar valores históricos e sociais locais, como primeira iniciativa a uma sólida ação ambiental, contando com requisitos como a participação, autonomia, a busca de liberdade e valorização à vida, traços corriqueiros dessa ação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do processo investigativo, diante da realidade em estudo, apontou para

a percepção de que há um caminho significativo para a formação da consciência ambiental.

O estudo empreendido foi marcado pelo emprego da expressão “construção” de uma educação ambiental para a formação da consciência ambiental. A construção educativa é construção histórica. E, no fazer, refazer, conhece-se e inova-se, buscando dia-a-dia a libertação. Assim sendo, a caminhada de construção da educação ambiental nessas escolas “está se fazendo”, reafirmando, acima de tudo, que, para ocorrer conscientização – respaldo da consciência ambiental, – é preciso aprender, construir, refletir, insistir e agir. “Conscientização” significa a relação efetiva entre o “pensar” e o “atuar”, como afirma Paulo Freire (1995).

## REFERÊNCIAS

- BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Santa Catarina: Letras: Contemporânea, 1994.
- DAMKE, Ilda Righi. **O processo do conhecimento na pedagogia da libertação:** as idéias de Freire, Fiori e Dussel. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- FIORI, Ernani Maria. **Educação e política.** Textos escolhidos, v. II: Porto Alegre: L & PM, 1991.
- FREIRE, Paulo. **O processo do conhecimento na pedagogia da libertação.** Petrópolis: Vozes, 1995.
- GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação.** 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- GANDIN, Danilo. **Escola e transformação social.** 4. ed. Rio do Janeiro: Vozes, 1997.
- GRÜM, Mauro. Uma discussão sobre valores éticos em educação ambiental. **Educação e realidade.** Jul/dez. UFRGS, 1994, p. 171 - 196.

